



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias, departamentos, unidades de saúde, escolas e Cmeis.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município possui atualmente dezenas de locais onde funcionam as diversas secretarias, departamentos, centros de atendimento ao público, além de centros de ensino e de saúde. Estes locais constantemente necessitam de novos aparelhos eletrônicos e mobiliários, seja para substituição de aparelhos que estão no final de sua vida útil ou quando da necessidade de ampliação do atendimento (novas salas de aula, novos postos de saúde por exemplo). O Município tem a obrigação de garantir o mínimo necessário para desenvolvimento das atividades laborais de seus servidores e usuários dos equipamentos públicos.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O futuro processo licitatório está contemplado no plano anual de contratações. Identificador da Futura Contratação: 987541-66/2025 e 987541-96/2025

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução do objeto com características semelhantes ao objeto desta licitação

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades foram estimadas com base nas aquisições feitas no Pregão 026/2023, e ainda na expectativa de abertura de novos postos de saúde, ampliação de escolas e criação de novos departamentos ou secretarias.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021) V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)



Dentro desse estudo, o enquadramento da empresa será do Simples Nacional, conforme § 1º do Art. 17 da Lei Complementar 123/2006.

Solução 01: Locação dos equipamentos; os equipamentos podem ser especificados conforme as necessidades do município.

Vantagens: dentre as vantagens podemos citar o baixo custo inicial, com custos mensais previsíveis, facilitando o planejamento orçamentário. Ainda há possibilidade de inclusão da manutenção e suporte técnico para os equipamentos. Os riscos de utilização por conta da empresa contratada.

Desvantagens: o aluguel é uma solução para necessidades temporárias, o que não é o caso, com a utilização permanente o custo da locação superaria o de desgaste dos itens, tornando o aluguel inviável. O município não possui a propriedade sobre o bem que está utilizando. Ainda, esse é um mercado bem restrito, com poucos fornecedores.

Solução 02: Aquisição dos equipamentos: atende à demanda do município, uma vez que, essa modalidade já vem sendo utilizada por vários anos.

Vantagens: como vantagens podemos citar que o mercado é amplo e expressivo com diversos fornecedores capazes de atender a demanda do município, também não teria um custo mensal para o município custear e ainda a possibilidade de o município recuperar parte do valor no final da vida útil através do leilão de bens inservíveis.

Desvantagens: as desvantagens são o custo inicial de aquisição que pode ser alto, a responsabilidade pela manutenção e conservação dos equipamentos e a obsolescência dos equipamentos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado para esse processo licitatório é de R\$ 1.301.350,00. O valor foi estimado com base nos preços registrados na última licitação (PE 026/2023) e de preços extraídos de site de amplo domínio na internet.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista os fatos acima aduzidos, compreende-se que a aquisição de equipamentos eletrônicos para diversas secretarias da administração municipal junto a empresas privadas é a melhor solução. Sendo justificável a realização de Pregão Eletrônico, com entrega à cargo do fornecedor.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Pretende-se realizar a licitação de pregão eletrônico, onde a disputa se dará item a item (de forma separada).



Neste caso o item que ultrapassar o valor de R\$ 80.000,00 será dividido em cotas (25% para as empresas ME e EPP e 75% para Ampla Concorrência) os demais itens ficaram na cota exclusiva para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, pretende-se a contratação de empresa (s) para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos para atender todas as necessidades dos órgãos públicos desta municipalidade.

Os objetos da contratação são caracterizados como bens Comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rudinei Curzel
Fiscal Técnico:	
Suplentes:	Dieli Geremia Pandolfi

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

O município já conta com empresa (s) contratada (s) para realizar a instalação dos aparelhos de ar Condicionado. Os demais itens não demandam de serviço especializado para sua instalação.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;



Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa(s) para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Os bens serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico

Critério de julgamento: **menor preço por item**, modo de disputa: aberto e fechado.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

O edital exigirá apenas a apresentação de atestados de capacidade técnica operacional como requisito de qualificação técnica, afim de auferir a comprovação de aptidão no fornecimento dos bens objeto do certame.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

- Conforme arquivo anexo (análise de riscos)



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Para esse certame não se aplica o sigilo de preços.

Dois Vizinhos, 07 de janeiro de 2025.

Matheus Nogueira Ponte
Agente Administrativo
Departamento de Compras
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19433-1